

JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO, Conselheiro Titular pelo Distrito Federal; BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA, Conselheiro Titular pelo Estado de Goiás; BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS, Conselheiro Titular pelo Estado de Mato Grosso; JADER RIEFFE JULIANELI AFONSO, Conselheiro Titular pelo Estado de Mato Grosso do Sul; JAILSON VIANA DE ALMEIDA, Conselheiro Titular pelo Estado de Rondônia; SERGISLEI SILVA DE MOURA, Conselheiro Suplente pelo Estado do Tocantins; JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO, Secretário-Executivo do BrC.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**SECRETARIA EXECUTIVA DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA**

ORDEM DE SERVIÇO Nº 87, DE 10 DE JUNHO DE 2022

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que dispõe os incisos XI e XLVIII, do artigo 42, Decreto nº 38.094/2017, do Regimento Interno das Administrações Regionais e com base no Decreto Distrital nº 30.634/2009 e pelo que consta no processo 00080-00051873/2022-14, resolve:

Art. 1º Dispensar o pagamento do preço público correspondente a ocupação de área pública, referente a "Praça do DI - Quadra Poliesportiva Coberta, nos dias 01, 03, 06, 08, 10, 13, 15, 17, 20, 22, 24, 27 e 29 de Junho de 2022, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, para realização de evento "CID - Modalidades de Futsal Masculino e Feminino", realizado por Luciano Piau Braga.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 88, DE 10 DE JUNHO DE 2022

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que dispõe os incisos XI e XLVIII, do artigo 42, Decreto nº 38.094/2017, do Regimento Interno das Administrações Regionais e com base no Decreto Distrital nº 30.634/2009 e pelo que consta no processo 00080-00053955/2022-95, resolve:

Art. 1º Dispensar o pagamento do preço público correspondente a ocupação de área pública, referente a Praça da QNL 10/12 - Quadra Poliesportiva, nos dias 01, 03, 06, 08, 10, 13, 15, 17, 20, 22, 24, 27 e 29 de Junho de 2022, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, para realização de evento CID - Modalidades de Handebol masculino e feminino, a ser realizado por Irene França Barbosa.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
EZEQUIAS PEREIRA DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 49, DE 10 DE JUNHO DE 2022

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que dispõe os incisos XI e XLVIII, do artigo 42, Decreto nº 38.094/2017, do Regimento Interno das Administrações Regionais e com base no Decreto Distrital nº 30.634/2009 e pelo que consta no processo 00307-00000671/2022-68, resolve:

Art. 1º Dispensar o pagamento do preço público para o evento PASSEIO CICLÍSTICO, a ser realizado no Parque Vivencial e Urbano - Etapa III - Jardim Botânico, no dia 17 de junho de 2022, no horário das 10h às 12h.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
JANIO RODRIGUES DOS SANTOS

**DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL**

Redação, Administração e Editoração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 102, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília/DF.
Telefones: (0XX61) 3961-4503 - 3961-4596

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA**SECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA**

ATO DECLARATÓRIO Nº 13/2022 – SUREC/SEF/SEEC, DE 14 DE JUNHO DE 2022
Processo: 00040-00006994/2022-42

Interessado: COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA – TERRACAP
CNPJ: 00.359.877/0001-73
CF/DF: 07.312.572/001-20

Assunto: Imunidade Recíproca – IPTU – Empresa Pública.

A SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 71 do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e

- CONSIDERANDO o Acórdão do Tribunal Pleno nº 238/2021 – TARF, que reformou a decisão de primeira instância que havia negado o reconhecimento da imunidade recíproca a favor da TERRACAP, conforme artigo 150, VI, "a" da Constituição Federal, na qualidade de Empresa Pública, retratado no DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 59 - NUBEF/GEESP/COTRI/SUREC/SEF/SEEC, de 21 de julho de 2020, publicado no SISLEGIS em 24/04/2020;

- CONSIDERANDO que a decisão contida no Acórdão nº 238/2021 foi modificada pelo Acórdão do Tribunal Pleno nº 355/2021 – TARF, mediante oposição de Embargos de Declaração;

- CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0701263-34.2022.8.07.0018 impetrado pela TERRACAP, que rejeitou aqueles Embargos de Declaração, declarando sua nulidade;

- CONSIDERANDO pronunciamento da Excelentíssima Procuradora-Geral do Distrito Federal, nos termos do Ofício nº 542/2022 - PGDF/GAB, acostado aos autos do Processo SEI nº 00040-00006994/2022-42, que à vista da decisão do Mandado de Segurança nº 0701263-34.2022.8.07.0018, recomenda comunicação ao Senhor Secretário de Economia para que proceda à emissão do Ato Declaratório de imunidade tributária a favor da TERRACAP, "sem contornos de definitividade";

- CONSIDERANDO que o Sr. Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF, acolhendo o disposto no Ofício nº 542/2022 - PGDF/GAB, retratado no Despacho SEEC/TARF nº 88251325, recomenda o cumprimento da sentença nos moldes sugeridos pela Excelentíssima Procuradora-Geral do Distrito federal;

- CONSIDERANDO o Despacho nº SEEC/GAB nº 88324708 emitido pelo Senhor Secretário de Estado de Economia, que se referindo ao Despacho SEEC/TARF nº 88251325 do Sr. Presidente do TARF, solicita o cumprimento da sentença,
DECLARA, sem contornos de definitividade:

- Que o interessado COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA TERRACAP, CNPJ: 00.359.877/0001-73 e CF/DF: 07.312.572/001-20, faz jus ao reconhecimento da imunidade tributária relativa ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, com fundamento no art. 150, VI, 'a', da CF/88, nos termos do reconhecimento proferido por meio do Acórdão do Tribunal Pleno nº 238/2021, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 147, de 5 de agosto de 2021, proferido pelo Eg. Tribunal Administrativo Fiscal – TARF, nos autos do Processo Administrativo nº 00040-00023877/2020-81.

Publique-se no Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do parágrafo único do art. 71 do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011.

FLORISBERTO FERNANDES VIEIRA

Subsecretário da Receita

SEBASTIÃO MELCHIOR PINHEIRO

Coordenador de Tributação

IBANEIS ROCHA
GovernadorMARCUS VINICIUS BRITTO
Vice-GovernadorGUSTAVO DO VALE ROCHA
Secretário de Estado Chefe da Casa CivilRAIANA DO EGITO MOURA
Subsecretária de Atos OficiaisANTÔNIO PÁDUA CANAVIEIRA
Subsecretário de Tecnologia da Informação